

Capoeira e terreiros: desmistificando relações entre culturas afro-brasileiras na escola

ARTIGO

José Olímpio Ferreira Neto ⁱ

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

O objetivo do presente estudo é identificar os aspectos e relações entre capoeira e terreiros que colaboram para uma educação antirracista na escola. A pergunta central do artigo é: Como as africanidades podem ser trabalhadas na escola? Como resultados iniciais é possível perceber as relações entre as manifestações culturais afro-brasileiras tendo em vista que são produções culturais afro-diaspóricas, atravessadas por africanidades e que disseminam os valores civilizatórios. Por fim, é apresentada uma proposta questionadora da realidade que trabalha a relação entre capoeira e terreiros na escola. Como conclusão, é notório que a escola pode e deve albergar a cultura afro-brasileira, pois a capoeira, terreiros e outros patrimônios culturais fomentam uma formação emancipatória e uma educação antirracista.

Palavras-chave: Capoeira. Terreiros. Cultura Afro-brasileira. Escola.

Capoeira e terreiros: demystifying relations between afro-brazilian cultures at school

Abstract

The aim of this study is to identify the aspects and relationships between capoeira and terreiros that contribute to an anti-racist education at school. The central question of the article is: How can Africanities be worked on at school? As initial results, it is possible to perceive the relationships between Afro-Brazilian cultural manifestations, considering that they are Afro-diasporic cultural productions, crossed by Africanities and that disseminate civilizing values. Finally, a questioning proposal of reality is presented that works the relationship between capoeira and terreiros at school. In conclusion, it is clear that the school can and should shelter Afro-Brazilian culture, as capoeira, terreiros and other cultural heritage foster emancipatory training and anti-racist education.

Keywords: Capoeira. Terreiros. Afro-brazilian culture. School.

1 Introdução

2 A temática do presente estudo gira em torno da relação entre capoeira e terreiros, ambos possuem bens reconhecidos como patrimônio cultural. Segundo Ferreira Neto (2018), a capoeira teve o reconhecimento da roda e do ofício dos mestres pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, em 2008. Além disso, a roda de capoeira também foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO, em 2014. Ferreira Neto e Correia (2023), indicam que os terreiros são espaços de culto das manifestações religiosas afro-brasileiras, que constituem um patrimônio cultural passível de ser protegido por tombamento, registros, inventários e outras formas de acautelamento, tendo exemplos de bens culturais protegidos por esses instrumentos.

Queiroz (2020) indica que ao pensar no reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, em especial, os de matriz africana, como a roda de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira, o IPHAN indicou a necessidade de ações de salvaguarda relacionando esses bens à intolerância religiosa, fruto do processo de deslegitimação dessas manifestações pelo pensamento nacionalista e fundamentalista religioso, que foi bastante enfatizado no cenário pandêmico e continua no pós-pandemia. Conforme Cunha Junior (2022), essas produções culturais afro-brasileiras têm fundamento em africanidades, que são resultados da diáspora africana no contexto do escravismo criminoso e do capitalismo racista brasileiro.

Sendo assim, o tema fica delimitado na relação entre a capoeira e terreiros, patrimônios culturais afro-brasileiros que são permeados por africanidades. Delimitado o tema, o problema da presente pesquisa consiste na seguinte questão: Como as africanidades podem ser trabalhadas na escola? Parte-se da hipótese de que a escola é um lugar para uma educação antirracista, baseada nos valores civilizatórios afro-brasileiros, possa desmistificar as relações entre produções culturais de matriz africana. O objetivo do estudo é identificar os aspectos e relações entre capoeira e terreiros que colaboram para uma educação antirracista na escola. Dessa forma, o estudo se mostra sua relevância por desmistificar as relações entre essas produções afro-diaspóricas no ambiente escolar, numa ação antirracista.

A justificativa pessoal deriva da imersão do autor na prática da capoeira por mais de três décadas. A produção de material de estudo e reflexão sobre as relações entre os bens culturais afro-brasileiros é a justificativa pedagógica e acadêmica, pois pode colaborar para a formação de profissionais que trabalham uma educação antirracista. A justificativa política-social mora na ampliação da autonomia e reconhecimento da identidade afro-brasileira como integrante do processo civilizador no Brasil.

2 Metodologia

O presente estudo usa uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa, pois considera aspectos subjetivos e objetivos do seu desenvolvimento. Conforme Campos (2022), é um tipo específico de abordagem que trata da análise e interpretação de dados complexos do comportamento humano, atitudes e hábitos.

O tipo de estudo desenvolvido tem base etnográfica, pois o pesquisador está imerso na prática cultural analisada e no cenário escolar, pois é mestre de capoeira e professor da educação básica. A pesquisa segue na esteira de Silva e Ferreira Neto (2021) que ao buscar compreender as conexões e interlocuções entre sujeitos históricos em uma pesquisa sobre a história da capoeira no Ceará, propõem-se a compartilhar memórias que o fazem por meio de relatos autobiográficos produzidos em meio a imersão etnográfica.

Assim, movido por minhas memórias ao longo de minha trajetória na capoeira, vivenciando situações de racismo, iniciei a partir da observação participante a coleta de fragmentos de experiências, em forma de relatos autobiográficos, que narram situações de manifestação de preconceitos sobre a relação entre capoeira e terreiros. A imersão teve como lócus a Escola Municipal José Bonifácio de Sousa – EM JBS, da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – SME Fortaleza, lugar onde desenvolvo, desde 2017, o projeto A Capoeira na Escola. No entanto, o recorte temporal compreende as vivências entre os anos de 2022 e 2023, período no qual a proposta Capoeira e Terreiros foi elaborada e contemplada com o Edital de Boas Práticas da SME Fortaleza. Os relatos foram analisados para a elaboração de reflexão e concepção de proposta de educação

antirracista que destaca os aspectos civilizatórios afro-brasileiros como uma forma de pedagogia da diferença.

3 Resultados e Discussão

4

Ribeiro (2019) alerta para o equívoco de pensar que o conceito de lugar de fala restringe o fluxo de ideias, encerra uma discussão ou impõe uma visão. No entanto, também destaca a importância de perceber o lugar de onde se fala, pois é preciso pensar nas hierarquias concebidas estruturalmente, pelo escravismo criminoso e pelo capitalismo racista, de base colonial e patriarcal, com o objetivo de silenciar as populações minorizadas.

Kilomba (2019) traz a imagem de Anastácia, obrigada a usar uma máscara que a silenciava. Essa é uma representação da opressão colonial que apresenta a boca como um lugar de silenciamento e tortura. A boca, como meio de expressão da fala, torna-se o órgão da repressão do racismo. Segundo Spivak (2010), os grupos sulbateros, ou populações minorizadas, não podem falar, pois o lugar de humano não é reconhecido, não sendo, nessa perspectiva, sujeitos de direitos.

As manifestações culturais afro-brasileiras são reelaborações de africanidades (CUNHA JUNIOR, 2001), produções afro-diaspóricas de saberes e fazeres que trabalham valores civilizatórios (TRINDADE, 2005) de matriz africana. Esses bens culturais, legado da cultura africana no Brasil, são provas irrefutáveis da contribuição das populações negras para o processo civilizatório brasileiro. Essas produções são canais de fala que não foram silenciados que expressaram não só pela voz, mas pelo corpo inteiro.

Dito isso, peço licença à minha ancestralidade para ocupar um lugar de fala em relação às manifestações culturais afro-brasileiras. Sou um homem cis de pele branca, mas não-branco por ser descendente de mulher negra, inserido numa manifestação cultural afro-brasileira, que passou por processo de embranquecimento, mas que guarda elementos de luta contra o *status quo*, pois desde sua gênese se coloca contra a opressão, que no período colonial, manifestava-se, sobretudo, pelo escravismo criminoso. Hoje, a

capoeira se atualiza e se opõe ao capitalismo racista, que continua tentando silenciar as populações minorizadas, como a população negra, a comunidade LGBTQIAPN+, as feministas, entre outras.

3.1 Relatos de memórias como um capoeirista iniciante

5

No início de minha inserção no universo da capoeira, deparava-me com o preconceito em relação às manifestações afro-brasileiras. Ao passar nas ruas, ouvia piadas como “*olha o macumbeiro*”, ou seja, associavam macumba à capoeira, e vice-versa. Aquela associação me incomodava, e esse incômodo era provocado por uma reprodução da ideia disseminada entre os capoeiristas de que “*capoeira não é macumba*”. Dizia-se que o Mestre Bimba, criador da Capoeira Regional, estilo entendido por muitos como uma forma de embranquecimento, havia retirado o atabaque de sua bateria de instrumentos para que a prática cultural não fosse associada aos rituais religiosos afro-brasileiros.

Macumba era um termo pejorativo usado para a diversidade de manifestações religiosas afro-brasileiras, que pode ser ressignificada e usada no plural para se referir às diferentes identidades que se ligam às religiões de matriz africana, afinal os rituais que estão nesse espectro tem origem em vários povos africanos em diáspora. Segundo Ferreira e Correia (2023), a luta pelo direito de existir no contexto do escravismo criminoso, fruto da opressão eurocêntrica, e o contato com os povos originários, promoveu, no Brasil, o surgimento de diversas expressões de religiosidade, entre elas, o candomblé, que teve gênese em povos distintos, tais como iorubás, bantos e jeje, cultuando um panteão de entidades, respectivamente, orixás, inquices e voduns. As macumbas estão espalhadas por todo o Brasil, com as marcas das peculiaridades locais, tambor-de-mina, no Maranhão, o xangô, em Pernambuco, o candomblé e a umbanda, que se organizam com suas particularidades em vários estados brasileiros.

Ainda hoje, é possível perceber a reprodução do discurso “*capoeira não é macumba*” entre alguns capoeiristas. Ao se deparar com a notícia de que pseudos

pastores evangélicos, que na verdade são criminosos, pois associam capoeira e macumba, advertindo que a prática é danosa para as crianças e adolescentes e que se aproximam do demônio, se enquadram no racismo religioso, conduta tipificada como crime, pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que trata do crime de racismo, que diz o seguinte, em seu Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989).

É preciso destacar que na década de 1990, quando iniciei a prática da capoeira, a ideia “*capoeira não é macumba*” era disseminada por muitos. Hoje, essa ideia é repensada por muitos e menos disseminada. Assim como há muitas macumbas, há muitas capoeiras, o plural indica as diferenças. Essas manifestações culturais não expressam uma identidade, mas identidades no plural e de forma múltipla, destacando as diferenças.

É preciso enfatizar as diferenças em confronto com uma identidade, pois a ideologia da identidade nacional já permeou a capoeira, no período de descriminalização, quando ideias modernistas adentravam nesse universo, embranquecendo a lógica da produção de conhecimento afro-diaspórica. Segundo Campos (2001), o então presidente Getúlio Vargas, na década de 1950, chegou a afirmar que a capoeira seria a única contribuição autenticamente nacional para a educação física.

Hall (2019), ao falar sobre nação, aponta para a criação de uma cultura nacional que tenta unificar as identidades. Segundo o autor, “[...] não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2019, p. 35). Essas identidades purificadas têm escopo no ressurgimento do nacionalismo e no crescimento do fundamentalismo, de modo a sufocar as diferenças.

Pensar em identidade e diferença está na contramão da ideia de identidade nacional, no singular, esta tenta se sobrepor às identidades diversas e a multiplicidade de diferenças. Na sociedade, há diversas nuances identitárias, sobretudo no contexto brasileiro. Nessa esteira, é preciso conceber estratégias que funcionem como contraponto

da cultura nacional como unidade, pois essa homogeneização sufoca a multiplicidade das diferenças e a pluralidade das identidades.

3.2 Relatos de memórias como mestre de capoeira na escola

7

Comecei a dar aulas de capoeira, ainda na década de 1990, mais precisamente em 1996, aos 17 anos, cerca de quatro anos após ter iniciado. Nesse período, ainda escutava a piada, em tom pejorativo, “*olha o macumbeiro*”, e ainda incomodava a associação com as expressões religiosas, pois, para mim, ainda era um universo muito distante, cheio de mistérios, desconhecido.

Ao mesmo tempo que estranhava e me incomodava com a associação que os preconceituosos faziam entre capoeira e macumba, não estranhava as cantigas que são marcadas por letras que remetem às divindades afro-brasileiras, como o trecho ouvido nas rodas de capoeira “*Ogum é meu padrinho, é guerreiro do céu e guarda da lua; e na terra o meu sangue é de aço e faca de ponta não fura*”. Toda a tentativa de embranquecimento não silenciou a voz das cantigas e o som dos tambores. Kilomba (2019) destaca que a sociedade reflete os colonizadores, em outras palavras, torna-se um espaço de pessoas brancas que reproduzem a si mesmas como padrão em meio à diversidade, sem nenhum respeito às diferenças. A imagem da máscara de Anastácia representa um dos dispositivos de repressão racial, que trabalham para o silenciamento da população negra e se legitimam como uma norma opressora e excludente de toda dignidade humana. Apesar da existência de uma estrutura de poder, que dificulta ouvir as vozes, elas ecoam e os tambores tocam.

Atualmente, continuo minha trajetória na capoeira, treinando, estudando, pesquisando, dando aula em um projeto na escola, facilitando vivências e ministrando palestras em grupos de capoeira, projetos sociais, escolas e universidades. Ainda me deparo com situações racistas em relação à capoeira, a associação entre capoeira e macumba continua, embora um pouco menos recorrente. No projeto A Capoeira na Escola, que desenvolvo na EM JBS, ainda escuto relatos de alunos que convidam colegas

e têm como resposta, entre outras, as seguintes: “*Não me deixam treinar porque capoeira é macumba*”; “*Não me deixam treinar porque é coisa de homem*”; “*Não me deixam treinar porque é perigoso à noite*”.

A primeira justificativa, que ainda é recorrente entre meninos e meninas para não treinar fez a associação entre capoeira e macumba, ainda com um fundo pejorativo. A segunda justificativa para a não autorização dos pais se refere ao gênero e a última justificativa se relaciona com o meio, periferia de Fortaleza. Ou seja, além do racismo religioso, há uma expressão de sexismo, relacionando a capoeira a “*coisa de menino*”, e a ligação da periferia com a marginalidade.

Voltando à justificativa: “*Não me deixam treinar porque capoeira é macumba*”. É perceptível que esse discurso ficou mais recorrente após a pandemia, no retorno das atividades, no espaço para o bolsonarismo, que trabalha em cima do nacionalismo e do fundamentalismo religioso. Provavelmente, não seja objetivo do bolsonarismo rechaçar a capoeira, tendo em vista que há muitos capoeiristas bolsonaristas, possivelmente, é um efeito colateral causado pelo fundamentalismo religioso. Esse nacionalismo, retoma a ideia de que capoeira é brasileira, que o povo tem uma identidade só, outro problema que leva ao primeiro, retroalimentam-se.

Com essa problemática reverberada na escola e nos grupos de capoeira, é preciso fortalecer as identidades plurais. A pedagogia da diferença, conforme Silva (2014), vê as produções culturais afro-brasileiras como uma forma de poder capaz de tencionar no intuito estabelecer o espaço legítimo, com igualdade. Para que manifestações afro-brasileiras, como a capoeira, esteja na escola de forma linear, em igualdade de condições com os conteúdos curriculares obrigatórios, é preciso tencionar para que uma política intersetorial, na qual, minimamente, as pastas da cultura e da educação dialoguem para que as produções, oriundas da multiplicidade das diferenças e das pluralidades identitárias, possam ser acessadas indistintamente. A energia do amor que ronda os articuladores culturais impulsiona a luta pela existência, que se opõem ao que Mbembe (2018) chama de necropolítica, que é encetada pelo Estado, com o objetivo de excluir, ou mesmo exterminar, as populações minorizadas.

Discursos como esses, baseado em fundamentalismo religioso, podem reacender uma perseguição, como houve no passado, às manifestações culturais afro-brasileiras. A capoeira, as manifestações de terreiro, o samba, o jongo, o maracatu entre outras produções da diáspora africana precisam adentrar em todos os espaços da sociedade, em especial, na escola, pois é uma estratégia de formação e educação antirracista, que permite aos afrodescendentes conhecerem suas identidades.

Na esteira de Queiroz (2020), é possível afirmar que a imposição de obstáculos dessa natureza para que esses bens culturais estejam na escola é uma conduta omissiva do Estado, que deixa esses bens e as populações articuladoras e proprietárias deles vulneráveis a problemas como intolerância religiosa, globalização, apropriação cultural, normas ambientais/sanitárias entre outros. Estão na esteira de ações e discursos que tem o objetivo de colocar sua existência em perigo com riscos de descontinuidade, desaparecimento e extinção.

Ainda, segundo Queiroz (2020), no processo de registro de bens culturais de matriz africana, a exemplo do Ofício de Baiana de Acarajé, da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira, do Tambor de Crioula, do Jongo e do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, foi destacado que é preciso pensar ações de salvaguarda relacionando à questão da intolerância religiosa. Essa conduta criminosa, o racismo religioso, previsto como crime, é uma ameaça à continuidade desses bens culturais afro-brasileiras. É recorrente o constrangimento público, seja por meio do racismo recreativo, como foi exemplificado com a fala “olha o macumbeiro”, ou por formas de agressão pública mais contundentes. Assim, não é mais cabível ao Estado nem a sociedade ficar inerte diante dessas opressões.

As diferenças se expressam por meio das manifestações culturais que são formas de promoção do fluxo de saberes e fazeres. Precisam estar vivas na sociedade, na escola e nos diversos espaços, fomentando o poder dos povos minoritários, tencionado para que a multiplicidade identitária ecoe os tambores. Assim, é possível afirmar, com Silva (2014) que a pedagogia e o currículo devem trazer a identidade e a diferença como questão política.

3.3 Discutindo sobre a relação entre capoeira e terreiros

Na República Velha, o chefe de polícia Álvaro Cova e o delegado Pedro Gordilho, conhecido por Pedrito, ficaram conhecidos como perseguidores das manifestações afro-brasileiras, como a capoeira, os terreiros de candomblé e o samba. Foi um período de grande turbulência para a população negra. Na Bahia, foram diversos os mecanismos e estratégias de resistência cultural e afirmação políticas, tal como movimentos sindicais, terreiros de candomblés e, também, academias de capoeira (IPHAN, 2007).

O II Congresso Afro-brasileiro foi um marco importante que contribuiu para maior aceitação do candomblé e da capoeira pelas elites e, conseqüente, diminuição da repressão policial. Esse evento foi realizado em janeiro de 1937 e teve como um dos organizadores, Édison Carneiro, importante intelectual da cultura brasileira. O encontro promoveu a apresentação de pesquisas sobre os costumes africanos e, além disso, foi palco de reivindicações e protestos em favor do povo negro e de suas produções culturais. É preciso destacar ainda que esse congresso contou com apresentação de capoeiristas da Capoeira Angola, os angoleiros, como são conhecidos (IPHAN, 2007).

Outro marco importante para a aceitação da capoeira está relacionado ao processo de folclorização da cultura negra na Bahia e ao crescimento da indústria turística em Salvador, entre os anos de 1960 e 1970. Que além de apresentar um repertório de atrações para turistas com as belezas naturais dos monumentos e do barroco das igrejas, também traziam as manifestações culturais afro-brasileiras, em especial, o candomblé, a capoeira e o samba (IPHAN, 2007).

Mestre Bimba, ao contrário do que afirmam, não negou as raízes afro-brasileiras da capoeira. No entanto, nos rituais de formatura de capoeiristas em sua escola, sabe-se que também eram feitas apresentações de maculelê, samba de roda, samba duro e candomblé. Há registros, inclusive no Ceará, de apresentações do Mestre Bimba com grupos de religiões de matriz africana.

Mestre Bimba levou a Capoeira Regional para as diversas camadas sociais, destaca-se, nesse contexto, os estudantes universitários. O mestre tentava romper com a

imagem do capoeirista vadio e desordeiro, trazendo um capoeirista desportista, saudável e disciplinado. Sua academia foi reconhecida oficialmente pelo Estado. Seu movimento vai ao encontro do projeto de construção de uma identidade nacional brasileira, no contexto do Estado Novo. Algo semelhante ocorre ao samba e ao candomblé, um processo que muitos chamam de embranquecimento, movido por interesses políticos (IPHAN, 2007).

Um importante centro de Capoeira Angola, além da academia do Mestre Pastinha, foi o terreiro de Mestre Waldemar, que ficava na rua Pero Vaz, no bairro da Liberdade, em Salvador, Bahia. Era um barracão feito de madeira, cobertura de palha, cercado por ripas de madeira que dividia o espaço entre os jogadores e a plateia. No espaço, havia treinos, rodas de capoeira, candomblé e outras manifestações (IPHAN, 2007).

A relação entre as rodas de capoeira e as festas religiosas era próxima, pois os capoeiristas, em sua maioria, eram frequentadores de candomblés e igrejas, devotos de santos e orixás. Outra proximidade entre capoeira e candomblé ocorre na musicalidade, por meio dos instrumentos. Os berimbaus apresentam aspectos que os relacionam diretamente ao candomblé, assim como com outras tradições de origem africana. Os berimbaus estão na bateria de instrumentos em três, assim como os três atabaques das religiões afro-brasileiras, semelhante à organização e estruturação rítmica do candomblé, por exemplo. O berimbau gunga, que emite o som mais grave, aparece na roda determinando e orientando qual ritmo será executado na roda, comanda o jogo. É o instrumento responsável pela ativação dos códigos que provocam o início e encerramento da roda. O rum, atabaque mais grave do candomblé, ao contrário do gunga, faz a variação e o improvisado. No entanto, ambos têm em comum a função de liderança do ritual. O berimbau viola corresponde ao lé, atabaque de menor. Na capoeira, o berimbau viola faz as variações e improvisos, no candomblé, o lé responde pela marcação do ritmo. Por fim, o berimbau médio é análogo ao atabaque rumpi, ambos figuram como uma ponte entre outros dois sons, harmonizando o diálogo entre graves (gunga e rum) e agudas (viola e lé). O agogô é utilizado por alguns grupos de capoeira, assim como no candomblé (IPHAN, 2007).

Indiquei, com base no Dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil (IPHAN, 2007), algumas proximidades entre capoeira e terreiros. Certamente, há outras que podem ser analisadas a partir de um estudo mais minucioso, assim, como também é possível fazer associação dessas manifestações com outras produções afro-brasileiras.

3.4 Proposta de um plano de trabalho de boas práticas

O projeto A Capoeira na Escola foi iniciado em 17 de maio de 2017 (FERREIRA NETO, 2020), na mesma época, cursava educação física na Universidade Federal do Ceará. O reencontro com o ambiente acadêmico revigorou as ideias pedagógicas atinentes à capoeira, pois tive a oportunidade de diálogo com diversos professores e colegas, além de participar do tripé ensino, pesquisa e extensão por meio dos projetos de extensão e disciplinas do curso. Dessa forma, o projeto escolar foi um lugar de aprendizado concomitante ao curso de educação física, que cursei de 2014 a 2020, licenciatura e bacharelado.

A escola pode se apresentar como um espaço de reprodução de opressão, homogeneizando os sujeitos, silenciando as vozes e corpos, meios de comunicação dos saberes, expressão das cores e das crenças da população negra, dos povos originários e de outros grupos minorizados. Frente a esse cenário, podem surgir propostas questionadoras da realidade (CANDAU; RUSSO, 2010), como espaços de reflexão, entre eles, a capoeira, que comunicam a ancestralidade afrodescendente por meio de sua corporeidade, oralidade e musicalidade, entre outros valores civilizatórios (TRINDADE, 2005).

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, inserindo o Art. 26-A, que traz a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares (BRASIL, 2003). Dessa forma, as escolas ficam obrigadas a tratar da temática, que precisa ir além da apresentação do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

O § 2º, do Art. 26-A, diz que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003). É possível observar que, além desses conteúdos serem ministrados nos componentes curriculares obrigatórios elencados, não exclui os demais, devendo ser trabalhado, inclusive, por componentes curriculares em que há mais dificuldade em observar a relação. Cunha Junior (2021; 2022) destaca relevância dos conhecimentos de matriz africana para a sociedade, na linha do que propõe o § 1º do mesmo Art., cujo conteúdo programático se refere ao estudo da “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

A Educação Física, por exemplo, como meio de articulação de saberes corporais, agregar os valores civilizatórios manifestados na prática da capoeira, em seus conteúdos. Segundo Soares et al. (1992, p. 53) “A Educação Física brasileira precisa, assim, resgatar a Capoeira enquanto manifestação cultural, ou seja, trabalhar com sua historicidade, não desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou”. Por sua vez, Silva (2015) ao tratar a capoeira de forma pedagógica elenca conteúdos que podem ser abordados, tais como a capoeira como estratégia de resistência; a valorização da capoeira; a superação de preconceitos; a identificação de valores educativos que permeiam a capoeira; o fortalecimento de identidades por meio da capoeira; etc. Observa-se a consonância entre os autores citados e o que propõe a lei, que é resultado de tencionamentos e lutas políticas. A história da capoeira é a história da população negra brasileira, que expressam diversas identidades, memórias e ancestralidades.

No início de 2023, em diálogo com o professor de história da EM JBS, elaboramos um texto intitulado A patrimonialização dos terreiros de religiões afro-brasileiras, que trata, como denuncia o título, da patrimonialização dos terreiros, uma ação da política cultural que entendemos como estratégia para se opor ao racismo estrutural da qual as expressões religiosas, assim como outras manifestações culturais das populações negras

e dos povos originários têm sido alvo ao longo do processo histórico brasileiro, por meio de estruturas normativas proibitivas ou ideologias deslegitimadoras, tais como a democracia racial, nacionalismo e fundamentalismo religioso (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023). Aliado ao diálogo e a escrita do texto, as conversas com os alunos e a notícia deles sobre a existência de uma associação, na comunidade, entre capoeira e terreiros, denotando racismo religioso, moveu-nos a pensar sobre um projeto pedagógico para submissão ao edital de Boas Práticas, financiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Assim, convidei o professor Marley Correia para a parceria, tendo em vista que além de professor de história é capoeirista, praticante de Capoeira Angola e integrante de manifestação religiosa de matriz africana. Em diálogo, desenvolvemos o plano de trabalho intitulado Capoeira e Terreiros: desmistificando africanidades para ser desenvolvido como uma ação do projeto A Capoeira na Escola da EM JBS (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023b).

A proposta tem como objetivo central vivenciar uma prática de capoeira que dialogue com os componentes curriculares da educação básica, em especial ensino religioso, história e artes. Os objetivos específicos são os seguintes: desmistificar as africanidades e suas relações: capoeira, samba, maculelê e macumba; vivenciar algumas africanidades que se relacionam com a Capoeira (toques, cantigas e expressões corporais); e fomentar a implementação da Lei nº 10.639/2003 por meio da capoeira e outras produções culturais afro-brasileiras (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023).

A fundamentação teórica da proposta teve base nos seguintes autores: Silva (2015); Cunha Junior (2001) e Lima (2020). Silva (2015), conhecido nas rodas de capoeira como Mestre Bobby, pedagogo e capoeirista, é pesquisador e vivencia essa manifestação cultural há mais de 40 anos, por meio de suas pesquisas é possível identificar temáticas possíveis de serem abordadas de modo a colaborar com a formação dos praticantes. Lima (2020) traz a ideia do reconhecimento dos bens culturais atinentes à capoeira como patrimônio brasileiro se configura como uma reparação histórica, uma valorização simbólica e um direito à memória. Por sua vez, Cunha Junior (2001) indica que as

produções culturais afro-brasileiras são atravessadas por africanidades, elementos de matriz africana que permeiam a afrodescendência, são produções da diáspora africana, que colaboram para o desenvolvimento dos povos, onde surgiram. Além do fundamento teórico, trazemos o fundamento legal com a Lei nº 10.639/03, que sustenta a prática da cultura corporal afro-brasileira na escola, tendo em vista que integra os conteúdos atinentes à história e cultura africana e afro-brasileira.

A metodologia é fundamentada em nosso trabalho que já vem sendo desenvolvido e registrado (FERREIRA NETO, 2020), que tem base em vivências de capoeira, aliada a outras produções culturais afro-brasileiras. Dessa forma o praticante pode imergir no universo do patrimônio cultural afro-brasileiro. Por meio da valorização do patrimônio cultural na escola, os participantes tem a oportunidade, conforme Lima (2020), de acessar as memórias, a história e os valores simbólicos afro-brasileiros.

A primeira etapa do projeto consiste na apresentação da Capoeira como uma manifestação cultural afro-brasileira, abordando seus movimentos corporais, sua história e a musicalidade, realizando um diálogo entre a Educação Física, as Artes e a História. Parte dessa etapa atravessa todo o projeto, pois se refere às práticas desenvolvidas no universo da Capoeira (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023). Abib (2006) destaca a possibilidade de saberes de diferentes tradições, a saber, a acadêmica e a popular, nas quais estão os saberes e fazeres articulados pelos capoeiristas e os conhecimentos produzidos na área da educação por acadêmicos.

Na segunda etapa, será promovida uma palestra sobre Terreiros e as religiões afro-brasileiras e oficina de tambores. Os ritmos tocados na Capoeira têm uma proximidade com outros ritmos da diáspora africana no Brasil, conforme vimos no dossiê (IPHAN, 2007). Nessa perspectiva, é importante conhecer esses toques e ritmos, buscando ampliar o repertório musical e desmistificar as relações com as expressões religiosas de gênese afro-brasileira (FERREIRA NETO, 2023). As cantigas, por exemplo, são produções dos capoeiristas, população negra, que expressam a oralidade, memórias, ancestralidade, ludicidade, valores afro-brasileiros, fincados nas categorias de africanidade e de afrodescendência, que segundo Cunha Júnior (2021; 2001), esses

possibilitam que as populações africanas e sua descendência no Brasil rejeitem o conceito eurocêntrico de universalidade da história e cultura humana e passe a trabalhar a realidade da história africana e com as especificidades dos africanos no Brasil.

Por fim, na última etapa, os participantes apresentarão uma pesquisa por meio da oralidade e apresentação de toques e ritmos afro-brasileiros no evento de encerramento do projeto, no qual são reconhecidos pela comunidade da capoeira (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023). A seguir, apresenta-se um quadro com os conteúdos abordados na proposta.

Quadro 1: Plano de trabalho

Plano de trabalho Capoeira e terreiros: desmistificando africanidades
Etapa 01 – A capoeira e os seus saberes
Práticas corporais com movimentos da capoeira (diálogo com o componente curricular educação física); Aulas sobre a história da capoeira (diálogo com o componente curricular história); Aulas teóricas e práticas de musicalidade (diálogo com o componente curricular Artes); Roda de capoeira.
Etapa 02 – Os terreiros e as religiões afro-brasileiras
Palestra sobre terreiros e as religiões afro-brasileiras (diálogo com o componente curricular ensino religioso); Oficina de tambores e ritmos (diálogo com o componente curricular artes).
Etapa Final – Apresentação para a comunidade
Pesquisas sobre ritmos e toques de tambores e suas origens (diálogo com o componente curricular artes, história e ensino religioso); Ensaios (diálogo com o componente curricular artes); Apresentação da pesquisa, dos toques e dos ritmos no evento de encerramento, na escola.

Fonte: (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023).

O processo avaliativo será contínuo, com a observação da realização das tarefas propostas em cada etapa e respectivo registro em rede social por meio de imagens que dão notícia das práticas educacionais desenvolvidas (FERREIRA NETO; CORREIA, 2023).

Abib (2006) faz uma análise da prática da Capoeira Angola, mas se aplicada a qualquer forma de expressão da capoeira, e a apresenta como uma estratégia para o aprendizado humano, pois, ao praticá-la, vivencia-se os saberes e fazeres, frutos das experiências calcadas na memória, oralidade, corporeidade, ancestralidade,

temporalidade, circularidade, ritualidade, valores da população negra, que conforme Trindade (2005) são civilizatórios. É possível afirmar que um plano de trabalho que esboça ação dessa natureza é proposta questionadora da realidade, voltada para uma educação antirracista, tendo em vista que propõe a valorização das produções culturais afro-brasileiras, em especial capoeira e terreiros, atravessadas por africanidades, em diálogo com os componentes curriculares obrigatórios, no ambiente escolar. Em suma, o plano de trabalho capoeira e terreiros: desmistificando africanidades é um exemplo de ação que, implementada na escola, colabora para uma educação antirracista.

4 Considerações finais

O objetivo do presente estudo foi identificar os aspectos e relações entre capoeira e terreiros que colaboram para uma educação antirracista na escola. Essa tarefa foi cumprida com apoio de referência em estudos de teóricos e teóricas que estudam essas relações, como Cunha Junior (2001; 2021; 2022), Trindade (2005), Candau e Russo (2010). A partir de Cunha Júnior (2001; 2021; 2022) foi possível compreender os conceitos e as relações entre educação, africanidades e afrodescendência, assim como a produção de saberes e conhecimentos afro-brasileiros. Com Trindade (2005) foi possível perceber que os valores civilizatórios afro-brasileiros atravessam essas manifestações culturais, pois as africanidades se expressam através delas. Por fim, Candau e Russo (2010) permitem pensar em propostas questionadoras da realidade a partir do olhar afro-brasileiro.

Assim, a pergunta central do artigo: Como as africanidades podem ser trabalhadas na escola? Foi respondida com a apresentação de uma proposta questionadora da realidade, concebida em diálogo, para um edital de Boas Práticas da SME-Fortaleza. Como resultados iniciais foi possível perceber as relações entre as manifestações culturais afro-brasileiras tendo em vista que são produções culturais afro-diaspóricas, em especial as capoeiras e as macumbas, atravessadas por africanidades e que disseminam os valores civilizatórios. No entanto, é necessário dar notícia da aplicação do plano de

trabalho proposto nesse artigo, o que pode ser realizada novamente por meio dos relatos autobiográficos, que se mostrou adequado para o desenvolvimento desta pesquisa.

É notório que a relação entre identidade e diferença é uma questão política. Como conclusão, é possível indicar a escola com espaço que pode e deve albergar a cultura afro-brasileira, pois a roda de capoeira, os terreiros e outros patrimônios culturais fomentam uma formação emancipatória e uma educação antirracista.

Referências

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 171–176, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645622>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultante de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm. Acesso em: 13 jul. 2023.

CAMPOS, Hélio. **Metodologia científica**: a arte de pesquisar capoeira. Salvador: EDUFBA, 2022.

CAMPOS, Hélio. **Capoeira na Universidade**: uma trajetória de resistência. Salvador: EDUFBA, 2001.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Educação intercultural na América Latina: Uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v10n29/v10n29a09.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. História dos afrodescendentes: disciplina do curso de pedagogia da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)**, Maringá, v. 21, n. 232, p. 99-113, jan./fev. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57807>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CUNHA JUNIOR, H. Bairros negros: ruptura epistêmica do pan-africanismo no Brasil. **EXTRAMUROS** – Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. suplementar, 2021. Disponível em:

<http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewArticle/1460>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Africanidade, Afrodescendência e Educação. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14604/3/2001_art_hcunhajr.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

FERREIRA NETO, José Olímpio; CORREIA, Marley. A patrimonialização dos terreiros de religiões afro-brasileiras. **Estadão**, São Paulo, 23 de abril de 2023a. Seção Blog do Fausto Macedo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/a-patrimonializacao-dos-terreiros-de-religoes-afro-brasileiras/>. Acesso em: 06 de jul. 2023.

FERREIRA NETO, José Olímpio; CORREIA, Marley. **Capoeira e Terreiros: dismistificando africanidades (plano de trabalho)**. 2023b.

FERREIRA NETO, José Olímpio. O projeto A Capoeira na Escola: diálogo possíveis. **Revista Educação Física, Saúde e Esporte (REFISE)**, Juazeiro do Norte, v. 3, n. 1, Edição Especial, p. 190-203, 2020. Disponível em:

<https://refise.ifce.edu.br/refise/article/view/82>. Acesso em: 24 jul. 2023.

FERREIRA NETO, José Olímpio. **O Princípio Jurídico-Político da Participação Popular no Reconhecimento da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade**. 2018. 69f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2018a.

FERREIRA NETO, José Olímpio. **A Capoeira na Escola**: uma experiência registrada em documentário. 40 f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Instituto de Educação Física e Esportes, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018b.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília - 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019. p. 33-46.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e o Registro de Bens Imateriais: alcances e limitações. **Cadernos Naui**: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 39-58, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219592/2.Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20Afro-Brasileiro%20e%20o%20Registro%20de%20Bens%20Imateriais%20Alcances%20e%20Limita%C3%A7%C3%B5es%20-%20Alessandra%20Lima.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade. **Cadernos Naui**: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 14-37, 2020. Semestral. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219591>. Acesso em: 9 jul. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, Robson Carlos da. Educação, Cultura e Escola: A escola de capoeira e as interlocuções possíveis entre o formal e o não formal. *In*: SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). **Cultura, Sociedade e Educação Brasileira**: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SILVA, Robson Carlos da; FERREIRA NETO, José Olímpio. O protagonismo do Grupo Senzala na capoeira de Fortaleza e Teresina (1980-1990). **Ensino em Perspectivas**, v.

2, n. 1, p. 1–14, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4551>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. (p. 73-102)

21

SOARES, Carmem Lúcia; TAFFAREL, Celi; VARJAL, Elisabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Michele Ortega.; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹ **José Olímpio Ferreira Neto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7258-467X>

Prefeitura Municipal de Fortaleza; Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza; Escola Municipal José Bonifácio de Sousa

Mestre de Capoeira. Professor de Ciências da Natureza. Advogado. Mestre em Ensino e Formação Docente. Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Contribuição de autoria: Autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1936175308771884>.

E-mail: jose.olimpio.ferreira76@aluno.ifce.edu.br

Editora responsável: Lia Fialho

Especialista Ad hoc: Geandra Santos e Cecília Lacerda

Como citar este artigo (ABNT):

FERREIRA NETO, José Olímpio. “Disciplinas de expressão” nos programas para as escolas primárias (Distrito Federal, 1929). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 5, e11413, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.e11413>

Recebido em 01 de julho de 2023.

Aceito em 02 de setembro de 2023.

Publicado em 11 de outubro de 2023.